

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 17/03/2016 - Edição 1470

PLS 555: vitória parcial no Senado; luta vai à Câmara

Apesar da mobilização da CUT e das várias outras entidades sindicais que integram o Comitê Nacional em Defesa das Estatais, o Projeto de Lei do Senado – PLS 555, que contribui para privatizar estatais, foi aprovado na noite da última terça-feira (15). O PLS tramitará na Câmara dos Deputados com algumas alterações em relação ao projeto original, fruto de acordo entre governo, senadores da base aliada e o autor do projeto, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Agora, a militância se prepara para realizar o enfrentamento ao PLS 555 no Congresso que possui a composição mais conservadora desde 1964.

“Levando em consideração a correlação de forças no Senado Federal ao longo do processo de discussão e votação do Projeto, infelizmente desfavorável aos trabalhadores e a interesses importantes da sociedade brasileira, foi positivo todo o esforço de mobilização e pressão feito por nós do Comitê de Defesa das Estatais e pela minoria de senadores que se comprometeu com essa luta. Entendemos que a nossa pressão foi fundamental para sensibilizar o governo a entrar nesse diálogo e negociar algumas coisas que para nós são muito importantes, minimizando pontos que eram extremamente nocivos para as estatais e, conseqüentemente,

para todos os segmentos da sociedade, especialmente a classe trabalhadora”, explica o dirigente nacional da CUT, Pedro Armengol.

Para o movimento sindical, um dos principais pontos alterados nas negociações foi o artigo que transformava as empresas estatais em Sociedades Anônimas (S.A.). Na prática, essa mudança era visivelmente privatista, uma vez que, ao contrário das empresas públicas, cujo capital é exclusivamente público, as S.A. têm capital misto. Após as negociações, o senador tuano Jereissati aceitou manter no projeto a previsão de capital exclusivamente público para essas empresas.

Outro ponto importante alterado por pressão dos trabalhadores ao longo da discussão sobre o PLS 555 foi o conceito de empresa pública. Atualmente, a Constituição Federal é clara sobre a denominação dessas empresas e a função social das mesmas como geradoras de emprego, renda e desenvolvimento para o país. Rasa, a definição de Tasso Jereissati deixava muitas dúvidas sobre as estatais e os debates sobre o projeto resultaram na alteração dessa cláusula, conservando o significado atual.

Sem avanço

“Tivemos uma vitória parcial no Senado, mas infelizmente fomos derrotados em três importantes

destaques apresentados pelos senadores aliados”, avalia Pedro Armengol. O primeiro desses destaques, amplamente defendido por parlamentares como Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto Costa (PT-PE), combate um artigo do PLS que veta a participação de sindicalistas e militantes políticos nos Conselhos de Administração. Para Lindbergh Farias, o artigo retira os trabalhadores dos espaços de poder e criminaliza a atividade do dirigente sindical.

Os esforços dos senadores aliados também não conseguiram barrar a obrigatoriedade de aplicação de pelo menos 25% das ações das empresas estatais na bolsa de valores (abertura de capital) e a cláusula dos conselheiros independentes, que obriga os conselhos das estatais que possuem mais de R\$ 90 milhões de patrimônio a ter 25% dos conselheiros independentes. O Projeto não é claro em relação a essa independência dos conselheiros, abrindo margens para a participação de indivíduos pouco interessados no crescimento dessas empresas, ou ligados a interesses do capital privado.

Outra cláusula que não avançou nas negociações é a que trata das despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e sociedade de economia mista. O projeto determina que essas

despesas não poderão ultrapassar, em cada exercício, o limite de 0,5% da receita bruta do exercício anterior. Para o Comitê Nacional em Defesa das Estatais, a medida engessa as empresas públicas e limita as gestões.

Se aprovado na Câmara, o PLS 555 atinge diretamente cerca de 500 mil trabalhadores e suas medidas serão aplicadas a toda e qualquer empresa

pública e sociedade mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Em avaliação preliminar, o movimento sindical entende que, com as alterações conquistadas em negociação, as empresas menores serão menos afetadas por essas medidas do PLS 555. Mas ainda há um caráter privatista (com abertura de capital) que pode vir a

prejudicar diretamente importantes patrimônios da nação, como a Caixa, os Correios, a Eletrobrás, a Petrobras, o BNDES e várias outras estatais, fundamentais para políticas públicas e para desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Fonte: CUT Brasília

Todos à rua nesta sexta (18) pela democracia e contra o golpe

FRENTE BRASIL POPULAR

EM DEFESA DA DEMOCRACIA POR MAIS DIREITOS E CONTRA O GOLPE

18/03 - sexta-feira às 17h
Concentração no Museu Nacional
Esplanada dos Ministérios

A CUT e a Frente Brasil Popular DF convocam ato em defesa da democracia, contra o golpe e contra os retrocessos políticos e sociais. É nesta sexta-feira, com concentração a partir das 17h no Museu da República (localizado no início da Esplanada dos Ministérios e ao lado da Rodoviária do Plano Piloto).

“O que está em jogo neste país é qual projeto político queremos para o país: o das elites ou um democrático e popular. A direita e as elites perderam nas urnas e, agora, querem golpear a democracia. Querem instalar no

país, um modelo que entrega nossas estatais e o patrimônio nacional às multinacionais, que retira direitos históricos dos trabalhadores, rebaixando salários, aumentando a exploração e criminalizando as lutas sindicais e sociais, que atende interesses dos banqueiros e do capital internacional em prejuízo dos investimentos públicos em saúde e educação”, afirma Rodrigo Rodrigues, secretário-geral da CUT Brasília.

A democracia, as conquistas sociais e os direitos históricos estão

ameaçados, diante da ofensiva dos setores golpistas e das forças neoliberais. Por isso, vamos às ruas contra o golpe articulado pela grande mídia, setores do Poder Judiciário e do Congresso Nacional. “Defendemos mudanças na política econômica recessiva e retomada imediata do programa eleito nas urnas para fortalecer as políticas sociais, assegurar mais emprego e renda, e favorecer a resistência popular”, afirma o secretário-geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues.

Fonte: CUT Brasília

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF